



**GEDIPE**

# 2018 | Relatório e Contas

GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais

Relatório da Direção

Balanço

Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Anexo

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório de Auditoria

# Relatório da Direção

## Relatório da Direção

Caros Associados,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, vem a direção da GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### 1. Enquadramento Económico

Em 2018, a agência de notação financeira Fitch manteve o rating de Portugal em “BBB”, dois níveis acima de lixo. Portugal equilibrou os seus indicadores de desenvolvimento humano, governance e rendimento per capita, e melhorou os seus indicadores macroeconómicos e orçamentais com os níveis bastante elevados da dívida pública e da dívida externa e as vulnerabilidades do sector financeiro.

Em relação à perspetiva para a evolução da qualidade da dívida, a Fitch manteve-a em “estável”.

Assim em 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu 2,1% em volume, sendo que deverá desacelerar para 1,8% em 2019. O contributo da procura interna para a variação anual do PIB manteve-se em 2,3% em 2018 (2,3% em 2017).

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

Principais indicadores económicos (%)

	2014	2015	2016	2017	2018 <sup>(a)</sup>	2019 <sup>(a)</sup>
Produto interno bruto (PIB)	0,9	1,8	1,9	2,8	2,1	1,8
Consumo privado	2,3	2,3	2,4	2,3	2,3	2,0
Consumo público	-0,5	1,3	0,8	0,2	0,7	0,1
Défice (% do PIB)	-7,2	-4,4	-2,1	-2,9	-0,7	-0,2
Taxa de desemprego	13,9	12,4	11,1	8,9	7,0	6,2
Taxa de inflação (IHPC)	-0,2	0,5	0,6	1,6	1,4	1,4

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Eurostat

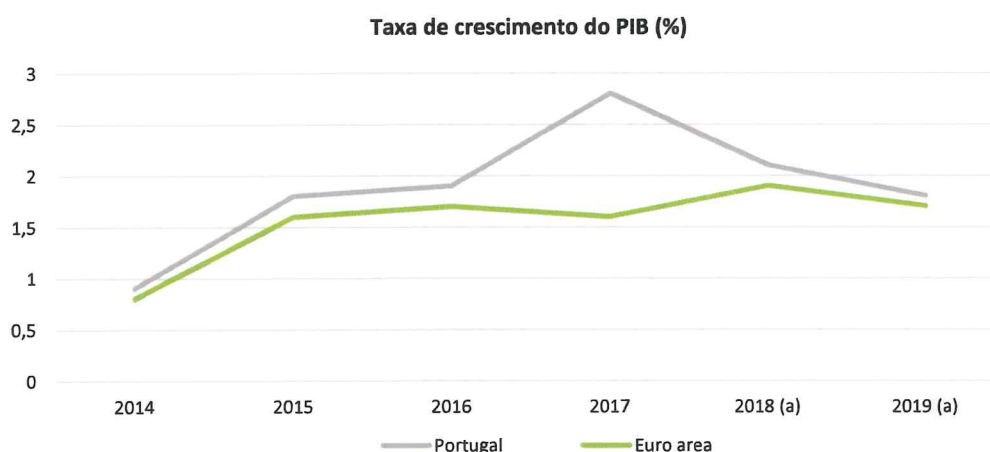
Notas: (a) Previsões OCDE e Banco de Portugal (dez/2018)



A taxa de desemprego anual prevê-se que se situe nos 7,0%, o que se traduz em cerca de 370 mil pessoas desempregadas. Em relação ao ano anterior é de realçar que a taxa de desemprego se fixou em 8,9%, e recorde-se que a taxa de desemprego em 2016 era de 11,1%.

Entre os estados-membros, em 2018, Portugal situou-se abaixo da taxa de desemprego na zona euro, sendo que as mais altas são a de Espanha (14,3%) e da Grécia (18,6%), enquanto Alemanha (3,3%) e Sérvia (2,1%) apresentam as taxas mais baixas. Na zona Euro, a taxa de desemprego desceu para 7,9% enquanto na União Europeia desceu para 6,6%.

A economia portuguesa apresenta um crescimento de 2,1% em 2018, uma desaceleração em comparação com 2017 (2,8% em 2017). Para 2019, a Comissão Europeia prevê uma desaceleração do PIB, positivo em 1,8%, conforme quadro a seguir apresentado (valores em percentagens):



Fontes: Ministério das Finanças e Comissão Europeia

Notas: (a) Previsões OCDE

As atuais projeções implicam um crescimento ligeiramente inferior do PIB em 2018 e 2019, essencialmente devido a uma revisão em baixa do crescimento das exportações. Esta reflete a revisão das hipóteses relativas à evolução da procura externa e a incorporação da informação mais recente.

Em Espanha, de acordo com o *Instituto Nacional de Estatística*, o PIB registou uma taxa de 2,5% positivos no ano de 2018, tendo previsto uma taxa de 2,1% positivos para 2019.

A crise política no Reino Unido com o “Brexit”, terá um impacto profundo na União Europeia, bem como em Portugal. A economia portuguesa poderá sofrer impactos negativos no crescimento, nas exportações e mesmo nos custos de financiamento. O Reino Unido é o quarto maior mercado das exportações portuguesas, pelo que as exportações para o Reino Unido poderiam descer 15% no cenário mais otimista.

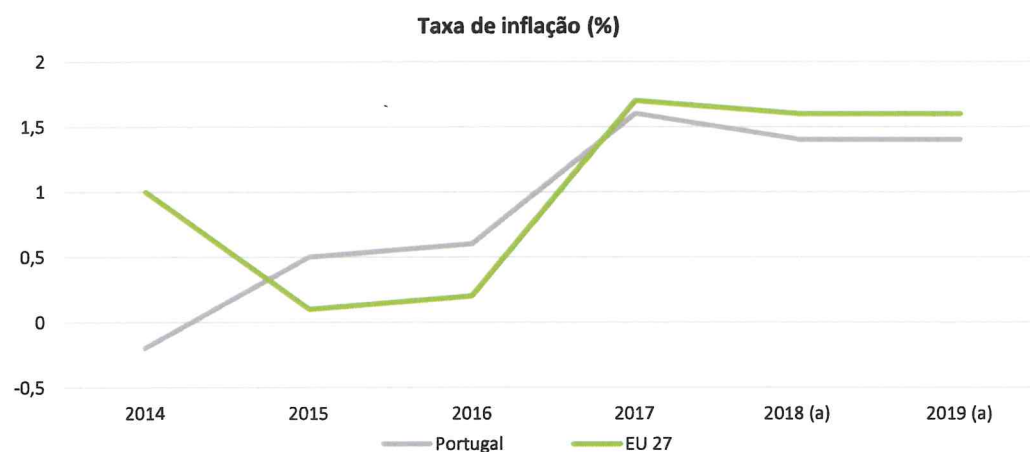
Contudo, com o “Brexit” o Reino Unido terá mais dificuldades em importar e exportar de e para outros países da União Europeia, neste cenário, Portugal pode substituir outros países no relacionamento com o mercado Reino Unido no “pós-Brexit”.

O BCE decidiu manter as taxas de juro oficiais, pelo que a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento manteve-se em 0,0%. De acordo com essa entidade, as pressões sobre os preços na área do euro deverão continuar moderadas no médio prazo, e as condições monetárias, nomeadamente ao nível do crédito, deverão permanecer contidas.

No que diz respeito aos EUA, a Reserva Federal norte-americana (Fed) aumentou a taxa de juro de referência entre os 2,25% e 2,5% ao ano.

A taxa de inflação em 2018, divulgada pelo INE, está prevista fixar-se nos 1,4%. Em 2017, o valor final da inflação tinha sido 1,6%.

A Eurostat divulgou que a taxa de inflação anual da zona euro, relativamente a 2018, foi de 1,6%, enquanto na UE diminuiu para 1,7%. O comportamento e evolução das taxas de inflação apresentam-se no seguinte quadro (valores em percentagens):



Fontes: Instituto Nacional de Estatística e Comissão Europeia

Notas: (a) Previsões

Os principais desafios da economia portuguesa para os próximos anos equiparam-se aos da área do euro e da União Europeia. O aprofundamento da União Económica e Monetária, em particular de mecanismos que permitam uma coordenação macroeconómica mais eficaz, é essencial para garantir a estabilidade macroeconómica e as condições para o crescimento económico no futuro.

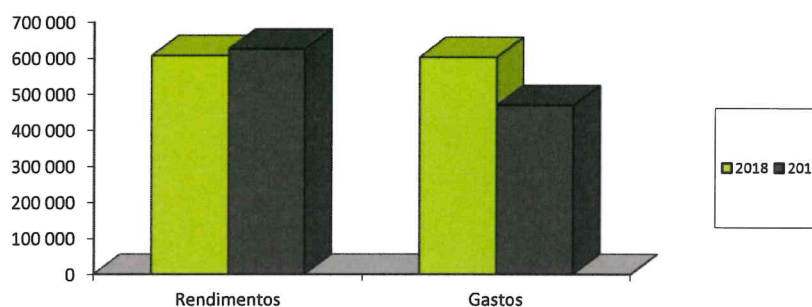
De salientar que o Turismo em Portugal já corresponde a 10% da economia nacional, tendo gerado 15,5 mil milhões de euros.

Apesar de ter alcançado progressos assinaláveis na correção dos desequilíbrios macroeconómicos, Portugal deverá prosseguir o processo de ajustamento em curso, com

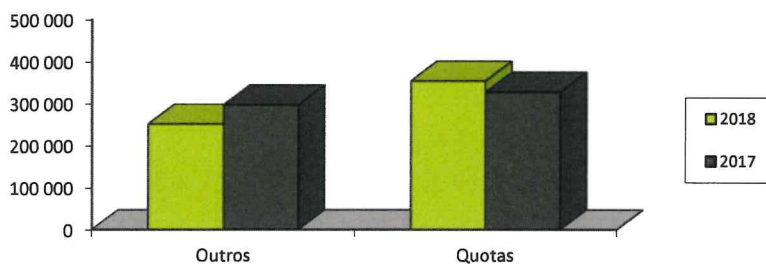
aumentos sustentáveis do consumo, com um crescimento do investimento que assegure a renovação do capital e com níveis de endividamento progressivamente menores.

## 2. Atividade Desenvolvida em 2018

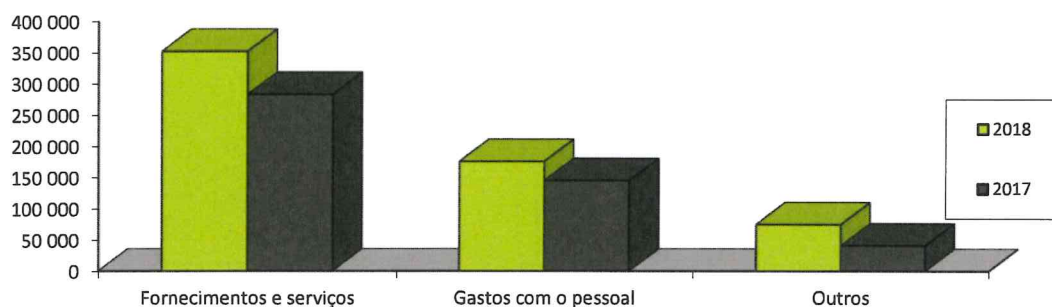
Os gastos e os rendimentos operacionais apresentam a seguinte evolução (valores em euros):



Ao nível dos rendimentos estes decorrem das quotizações, comissões de gestão, e de prestações de serviços no âmbito do projeto de cobrança de direitos conexos de comunicação pública audiovisual, conforme gráfico comparativo que se apresenta (valores em euros):



No que respeita aos gastos operacionais estes decorrem, fundamentalmente, de fornecimentos e serviços e gastos com o pessoal, conforme gráfico comparativo que se apresenta (valores em euros):



Os direitos de retransmissão, com referência a 31 de dezembro de 2018, debitados, distribuídos e afetos ao fundo cultural são os seguintes (valores em euros):

Descrição	31-12-2017	Exercício de 2018	31-12-2018
Debitados	41.669.679	4.721.725	46.391.404
Distribuídos	32.884.936	4.861.136	37.746.072
Fundo cultural (5% do total debitado)	2.083.484	236.086	2.319.570

Os direitos de retransmissão debitados até 31 de dezembro de 2018 ascenderam a 46.391.404 euros. Os direitos de retransmissão correspondentes ao exercício ascenderam a 4.721.725 euros.

No presente exercício foram distribuídos direitos de retransmissão por cabo, no valor de 4.861.136. O valor total dos direitos de retransmissão distribuídos até 31 de dezembro de 2018 ascendeu a 37.746.072 euros.

Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 100/2017, de 23 de agosto, a quantia correspondente a 5% do valor dos direitos debitados relativos retransmissão por cabo ou similares (2.319.570 euros) foi transferida para o fundo cultural. Nos termos da legislação referenciada tais quantias apenas podem ser utilizadas em atividade sociais, formação, culturais e outras, estando a ser geridas em contas bancárias individualizadas.

No presente exercício foram distribuídos direitos de cópia privada, no valor de 883.487 euros, respeitando 706.984 euros aos titulares nacionais e 176.503 euros aos titulares

internacionais. O valor total dos direitos distribuídos até 31 de dezembro de 2018 ascendeu a 4.421.826 euros.

De salientar ainda, a distribuição acumulada da reserva do fundo cultural dos direitos de cópia privada, cujo valor até 31 de dezembro de 2018 ascendeu a 726.192 euros. No exercício ascendeu a 29.453 euros.

Relativamente aos direitos de comunicação pública foi debitado um total acumulado 6.040.194 euros.

No que respeita, ao montante consignado pela AGECOP para afetação a projetos elegíveis do fundo cultural, o valor disponibilizado por utilizar, em 31 de dezembro de 2018, ascendia a 784.052 euros. No exercício foi utilizada e objeto de prestação de contas a quantia a 128.339 euros.

Os rendimentos acumulados das aplicações financeiras a 31 de dezembro ascendem a 1.756.653 euros, com a seguinte decomposição (valores em euros):

<b>Descrição</b>	<b>31-12-2017</b>	<b>2018</b>	<b>31-12-2018</b>
Retransmissão - Fiduciária	1.261.856	796	1.262.652
Retransmissão - Fundo Cultural	179.402	16	179.418
Cópia Privada - Fiduciária	231.350	136	231.486
Cópia Privada - Fundo Cultural	57.917	12	57.929
Cópia Privada - F. Cultural AGECOP	16.447	-	16.447
Comunicação Pública - Fiduciária	8.635	86	8.721
	<b>1.755.607</b>	<b>1.046</b>	<b>1.756.653</b>

Em matéria de tesouraria foram concretizados os seguintes recebimentos e pagamentos (valores em euros):

Saldo inicial	569.019
Recebimentos	854.775
Pagamentos	<u>1.009.950</u>
Saldo final	<u>413.844</u>



### **Investimentos**

No exercício foram concretizados investimentos em edifícios e outras construções (20.331 euros) e outros equipamentos administrativos (39.684 euros). Também foi investido o montante de 9.187 euros em programas de sistemas de informação.

### **Resultado do Exercício**

O resultado líquido do exercício foi positivo em 826 euros.

### **3. Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício**

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

### **4. Perspetivas para o Exercício de 2019**

Tendo presente o orçamento de exploração para 2019, os proveitos estimados ascendem a 670.000 euros, ou seja, um volume de atividade superior ao verificado em 2018 (501.409 euros).

### **5. Considerações Finais**

Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social ou perante o Estado.

### **6. Proposta de Aplicação de Resultados**

Propõe-se a transferência do resultado líquido do exercício, no valor de 826,20 euros (oitocentos e vinte e seis euros e vinte cêntimos) para Resultados transitados.

Lisboa, 18 de abril de 2019

**DIREÇÃO**

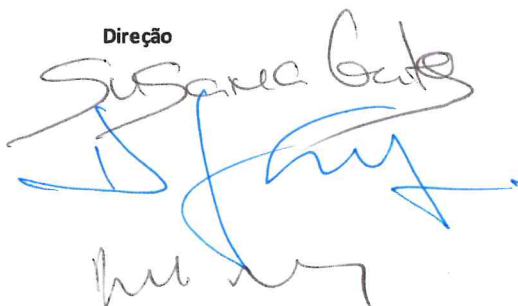
## Balanço

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais  
**BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

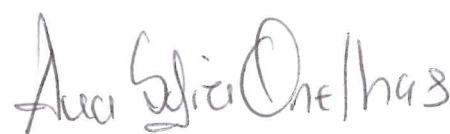
**EURO**

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	53 727,43	3 886,88
Ativos intangíveis	6	6 124,83	0,00
Outros instrumentos financeiros		1 751,86	1 355,74
		61 604,12	5 242,62
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	7	2 922 428,65	1 530 859,72
Estado e outros entes públicos	8	206 364,50	236 228,12
Outros créditos a receber	7	216 294,20	217 040,56
Diferimentos		2 258,35	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	12 300 311,11	13 095 479,77
		15 647 656,81	15 079 608,17
<b>Total do ativo</b>		15 709 260,93	15 084 850,79
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Resultados transitados	9	505 260,46	387 881,34
		505 260,46	387 881,34
Resultado líquido do período	9	826,20	117 379,12
<b>Total do capital próprio</b>		506 086,66	505 260,46
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	10	0,00	2 906,08
Outras dívidas a pagar	11	8 275 010,41	10 883 431,72
		8 275 010,41	10 886 337,80
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11	7 810,53	2 886,50
Estado e outros entes públicos	8	60 409,40	104 641,54
Financiamentos obtidos	10	2 979,71	5 376,02
Outras dívidas a pagar	11	6 801 964,22	3 525 348,47
Diferimentos		55 000,00	55 000,00
		6 928 163,86	3 693 252,53
<b>Total do passivo</b>		15 203 174,27	14 579 590,33
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		15 709 260,93	15 084 850,79

Direção



Contabilista Certificado





## Demonstração dos Resultados por Natureza

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais  
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	12	604 964,88	624 910,48
Fornecimentos e serviços externos	13	-352 461,63	-283 603,90
Gastos com o pessoal	14	-175 702,10	-145 156,24
Outros rendimentos	12	2 565,40	820,83
Outros gastos	15	-61 419,55	-40 909,24
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>17 947,00</b>	<b>156 061,93</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-13 236,80	-13 640,92
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>4 710,20</b>	<b>142 421,01</b>
Juros e gastos similares suportados		-333,94	-629,40
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>4 376,26</b>	<b>141 791,61</b>
Imposto sobre o rendimento do período	8	-3 550,06	-24 412,49
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>826,20</b>	<b>117 379,12</b>

Direção

*Susana Costa*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*

Contabilista Certificado

*Ana Sofia Delhas*

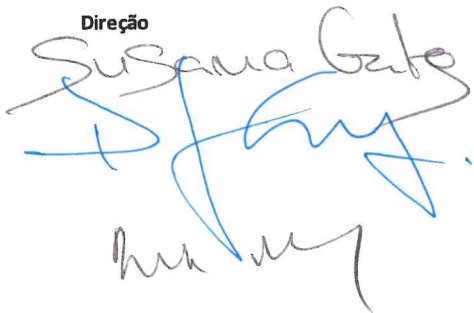
# Demonstração dos Fluxos de Caixa

Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais  
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

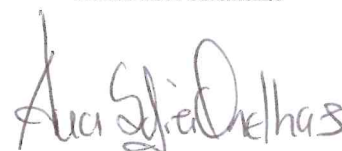
EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>			
Quotas de associados		207 500,00	207 500,00
Comissões de gestão e outros serviços		635 333,11	404 636,66
Recebimentos de direitos		5 839 351,65	6 998 759,64
Pagamentos de direitos		-6 759 414,95	-5 816 214,65
Disponibilizações fundo cultural AGECOP		345 673,10	359 646,50
Utilizações fundo cultural AGECOP		-128 338,70	-9 164,76
Pagamentos a fornecedores		-387 967,40	-316 405,45
Pagamentos ao pessoal		-161 245,46	-145 825,55
Caixa gerada pelas operações		-409 108,65	1 682 932,39
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-21 781,49	-30 819,49
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		-284 211,97	110 836,51
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-715 102,11	1 762 949,41
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-64 847,32	-5 357,67
Ativos intangíveis		-9 186,78	0,00
Outros ativos		-396,12	-327,48
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-74 430,22	-5 685,15
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Juros e gastos similares		-333,94	-629,40
Outras operações de financiamento		-5 302,39	-5 006,78
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-5 636,33	-5 636,18
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
		-795 168,66	1 751 628,08
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
		0,00	0,00
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	4	13 095 479,77	11 343 851,69
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	12 300 311,11	13 095 479,77

Direção

*Susana Gale*  


Contabilista Certificado

*Ana Sofia Delhas*  


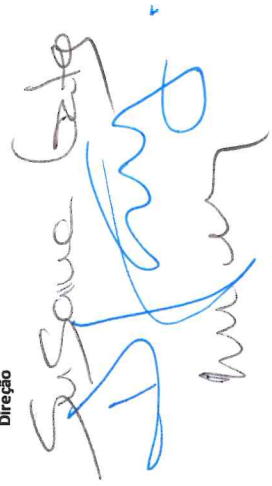
## Demonstração das Alterações no Capital Próprio

**Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais**  
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2017**

EURO

DESCRICÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe				Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
<b>1</b>	<b>9</b>						
<b>Posição no início do período 2017</b>		0,00	265 324,95	122 556,39	387 881,34	0,00	387 881,34
<b>Alterações no período</b>							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização de excedentes de revalorização							
Excedentes de revalorização							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2</b>							
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>3</b>			117 379,12	117 379,12	0,00	117 379,12
<b>Resultado integral</b>	<b>4=2+3</b>			117 379,12	117 379,12	0,00	117 379,12
<b>Operações com detentores de capital no período</b>							
Realizações de capital							
Realizações de prémios de emissão							
Distribuições			122 556,39	-122 556,39	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações		0,00	122 556,39	-122 556,39	0,00	0,00	0,00
<b>5</b>							
<b>Posição no fim do período 2017</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	0,00	387 881,34	117 379,12	505 260,46	0,00	505 260,46

Direção



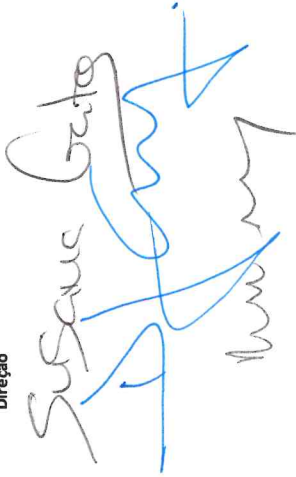
Contabilista Certificado



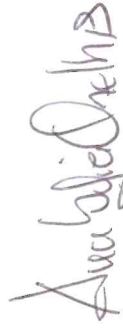
**Entidade: GEDIPE - Associação para a Gestão Coletiva Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais**  
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2018**

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe				Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
<b>Posição no início do período 2018</b>	<b>6</b>	0,00	387 881,34	117 379,12	505 260,46	0,00	505 260,46
<b>Alterações no período</b>							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização de excedentes de revalorização							
Excedentes de revalorização							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	<b>7</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>8</b>			826,20	826,20	0,00	826,20
<b>Resultado integral</b>	<b>9=7+8</b>			826,20	826,20	0,00	826,20
<b>Operações com detentores de capital no período</b>							
Realizações de capital							
Realizações de prémios de emissão			117 379,12				0,00
Distribuições				-117 379,12			0,00
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações							
<b>Posição no fim do período 2018</b>	<b>10</b>	0,00	117 379,12	-117 379,12	0,00	0,00	0,00
	<b>11=6+7+8+10</b>	0,00	505 260,46	826,20	506 086,66	0,00	506 086,66

Direção

*Susana Bento*  


Contabilista Certificado

*Ana Sofia Duarte*  


## Anexo



## ANEXO

### *Exercício de 2018*

#### **1. Identificação da entidade:**

- 1 – Designação da entidade: GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais
- 2 – Sede: Avenida Infante Dom Henrique n.º 306, Lote 6, 1.º piso, 1950-421 Lisboa, freguesia de Marvila, Concelho de Lisboa
- 3 – Natureza da atividade: Gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos em relação aos produtos audiovisuais produzidos e editados pelos autores, produtores e editores seus representados.

A Associação está legalmente constituída e registada na IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais como Sociedade de Gestão Coletiva sob o número noventa e seis, folha quarenta e sete, e encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número 504 229 290.

A GEDIPE no âmbito do seu objeto e em conformidade com a Lei das Sociedades de Gestão Coletiva procede à emissão de débitos de direitos conexos de retransmissão aos operadores de televisão por cabo, de cópia privada e de direitos de comunicação pública audiovisual.

O orçamento da GEDIPE é suportado por quotizações, comissões de gestão e prestações de serviços no âmbito do projeto de cobrança de direitos conexos de comunicação pública audiovisual.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2018.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**

### 2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado em 13 de julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009.

### 2.2 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

## **3. Principais políticas contabilísticas:**

### 3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras da associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A direção optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

### 3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes:

#### **Ativos fixos tangíveis**

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Edifícios e outras construções	10 anos
Equipamento administrativo	3-10 anos

#### Ativos intangíveis

Os ativos adquiridos são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra, sendo mantidos ao custo histórico na mensuração ocorrida em períodos subsequentes, sendo apenas sujeitos a testes de imparidade quando existem indicadores que apontem nesse sentido.

#### Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

#### Reconhecimento dos direitos e ganhos associados

Os direitos de retransmissão e os direitos de cópia privada cobrados e os ganhos associados, nomeadamente os decorrentes das aplicações de capitais, são reconhecidos em contas a pagar para distribuição aos seus titulares. De referir, que 5% dos direitos debitados estão afetos ao fundo cultural, nos termos disposto no artigo 29.º da Lei n.º 100/2017, de 23 de agosto.

#### Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

#### Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### Rédito

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, é reconhecido com referência à sua prestação.

### Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, que incide sobre as comissões de gestão, serviços administrativos e prestações de serviços, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

#### 3.3 – Juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras:

Não foram efetuados juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras.

#### 3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

A Associação encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez.

A Associação gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

#### 3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Associação e a sua divulgação.



Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Associação o resultado, reportado pela Associação, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### Impostos sobre os lucros

A Associação encontra-se isenta de pagamento do IRC na sua atividade associativa e sem fins lucrativos e sujeita ao pagamento de IRC sobre as comissões de gestão, serviços administrativos e prestações de serviços. O pagamento do imposto sobre o rendimento é efetuado com base no pró-rata entre estas duas vertentes e de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Associação, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Direção de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.



#### 4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2018	2017
<u>Numerário</u>	0,00	0,00
<u>Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis</u>		
Orçamento Exploração	413.844,01	569.018,86
Retransmissão por Cabo - Fiduciária	4.800.685,24	6.636.969,24
Retransmissão por Cabo - Fundo cultural	711.008,77	666.889,50
Cópia Privada – Fiduciária	2.965.033,15	2.572.868,26
Cópia Privada - Fundo Cultural	265.585,81	254.190,11
AGECOP - Fundo Cultural Cópia Privada	784.052,03	566.717,63
Direitos de Comunicação Pública - Fiduciária	1.937.463,20	1.528.480,23
Direitos de Comunicação Pública - Distribuição	332.116,69	234.730,13
Direito de Aluguer e Comodato	1.681,20	1.712,40
Imposto / IVA	13.887,04	13.918,24
Direitos de Comunicação Pública - Fundo Cultural	74.953,97	49.985,17
Caixa e seus equivalentes	<b>12.300.311,11</b>	<b>13.095.479,77</b>
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	<b>12.300.311,11</b>	<b>13.095.479,77</b>
Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**5. Ativos fixos tangíveis:**

5.1 – Divulgações por cada classe de ativos fixos tangíveis:

**Exercício de 2018**

Movimentos	Rubricas				Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Saldo inicial:					
Valor de aquisição	43.372,27	29.200,00	22.780,47	1.445,53	96.798,27
Depreciação acumulada	-42.741,25	-29.200,00	-20.681,03	-289,11	-92.911,39
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	<b>631,02</b>	<b>0,00</b>	<b>2.099,44</b>	<b>1.156,42</b>	<b>3.886,88</b>
Movimentos do ano:					
Aquisições	20.331,27	0,00	39.684,13	0,00	60.015,40
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-2.664,13	0,00	-7.221,61	-289,11	-10.174,85
Imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	<b>17.667,14</b>	<b>0,00</b>	<b>32.462,52</b>	<b>-289,11</b>	<b>49.840,55</b>
Saldo final:					
Valor de aquisição	63.703,54	29.200,00	62.464,60	1.445,53	156.813,67
Depreciação acumulada	-45.405,38	-29.200,00	-27.902,64	-578,22	-103.086,24
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	<b>18.298,16</b>	<b>0,00</b>	<b>34.561,96</b>	<b>867,31</b>	<b>53.727,43</b>

**Exercício de 2017**

Movimentos	Rubricas				Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Saldo inicial:					
Valor de aquisição	43.372,27	29.200,00	19.631,47	0,00	92.203,74
Depreciação acumulada	-38.529,97	-21.900,00	-18.840,51	0,00	-79.270,48
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	<b>4.842,30</b>	<b>7.300,00</b>	<b>790,96</b>	<b>0,00</b>	<b>12.933,26</b>
Movimentos do ano:					
Aquisições	0,00	0,00	3.149,00	1.445,53	4.594,53
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-4.211,28	-7.300,00	-1.840,52	-289,11	-13.640,91
Imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	<b>-4.211,28</b>	<b>-7.300,00</b>	<b>1.308,48</b>	<b>1.156,42</b>	<b>-9.046,38</b>
Saldo final:					
Valor de aquisição	43.372,27	29.200,00	22.780,47	1.445,53	96.798,27
Depreciação acumulada	-42.741,25	-29.200,00	-20.681,03	-289,11	-92.911,39
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	<b>631,02</b>	<b>0,00</b>	<b>2.099,44</b>	<b>1.156,42</b>	<b>3.886,88</b>

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existe qualquer restrição à titularidade de ativos fixos tangíveis.



**6. Ativos intangíveis:**

6.1 – Divulgações por cada classe de ativos intangíveis:

**Exercício de 2018**

Movimentos	Rubricas		Total
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	
Saldo inicial:			
Valor de aquisição	4.000,00	0,00	4.000,00
Depreciação acumulada	-4.000,00	0,00	-4.000,00
Valor líquido inicial	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Movimentos do ano:			
Aquisições	9.186,78	0,00	9.186,78
Depreciação do exercício	-3.061,95	0,00	-3.061,95
Total de movimentos	<b>6.124,83</b>	<b>0,00</b>	<b>6.124,83</b>
Saldo final:			
Valor de aquisição	13.186,78	0,00	13.186,78
Depreciação acumulada	-7.061,95	0,00	-7.061,95
Valor líquido final	<b>6.124,83</b>	<b>0,00</b>	<b>6.124,83</b>

**Exercício de 2017**

Movimentos	Rubricas		Total
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	
Saldo inicial:			
Valor de aquisição	4.000,00	0,00	4.000,00
Depreciação acumulada	-3.999,99	0,00	-3.999,99
Valor líquido inicial	<b>1.333,34</b>	<b>0,00</b>	<b>1.333,34</b>
Movimentos do ano:			
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-0,01	0,00	-0,01
Total de movimentos	<b>-0,01</b>	<b>0,00</b>	<b>-0,01</b>
Saldo final:			
Valor de aquisição	4.000,00	0,00	4.000,00
Depreciação acumulada	-4.000,00	0,00	-3.999,99
Valor líquido final	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 3 anos.

## **7. Clientes e outros créditos a receber:**

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de clientes apresenta-se como segue:

Natureza	2018	2017
Clientes conta corrente	2.922.428,65	1.530.859,72
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00
Total bruto	<b>2.922.428,65</b>	<b>1.530.859,72</b>
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Total líquido	<b>2.922.428,65</b>	<b>1.530.859,72</b>

A exposição da Associação ao risco de crédito é atribuível aos créditos a receber da sua atividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Associação de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

A Associação entende que o valor contabilístico dos outros créditos a receber é próximo do seu justo valor.

A 31 de dezembro 2018 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

O detalhe dos outros créditos a receber apresenta-se como segue:

Natureza	2018	2017
Acréscimos de rendimentos	207.351,22	215.648,81
Outros devedores	8.942,98	1.391,75
Total	<b>216.294,20</b>	<b>217.040,56</b>

#### 8. Estado e outros entes públicos:

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	2018		2017	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Imposto sobre o rendimento	11.890,94	0,00	0,00	6.340,49
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	56.854,76	0,00	95.580,96
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	194.473,56	0,00	236.228,12	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	3.554,64	0,00	2.720,09
Total	<b>206.364,50</b>	<b>60.409,40</b>	<b>236.228,12</b>	<b>104.641,54</b>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Associação entende que as correções resultantes de revisões, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018. Não foram reconhecidos outros impostos diferidos ativos ou passivos, dado que não existem situações que levem à sua contabilização.

### 9. **Capital Próprio:**

A variação ocorrida, nos anos de 2017 e 2018, no capital próprio encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações no capital próprio.

### 10. **Financiamentos obtidos:**

Os financiamentos obtidos respeitam às seguintes dívidas:

Tipo de financiamento obtido	Passivo não corrente	Passivo corrente	Total
Locações financeiras	0,00	2.979,71	2.979,71

10.1 – Informação a prestar referente a locações financeiras (locatários):

Categoria de ativo	Valor líquido	Divisão temporal		
		Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano e inferior a 5 anos	Superior a 5 anos
Citroen C5 (61-OF-27)	0,00	2.979,71	0,00	0,00

De salientar que não existem rendas contingentes reconhecidas.

### 11. **Fornecedores e outras dívidas a pagar:**

11.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Natureza	2018	2017
Fornecedores conta corrente	7.810,53	2.886,50

A rubrica de outras dívidas a pagar apresenta-se como segue:

Natureza	2018	2017
Credores por acréscimos de gastos	26.605,68	19.683,50
	<b>26.605,68</b>	<b>19.683,50</b>
Outros credores:		
Direitos a pagar	0,00	0,00
Fundo Cultural	-2.963.040,92	-2.643.633,21
Direitos cobrados	61.909.336,92	54.189.982,26
Direitos pagos	-45.707.463,10	-38.948.048,15
Rendimentos de aplicações financeiras	1.756.653,19	1.755.606,50
Juros de depósitos à ordem	29.524,32	29.524,32
Outros	25.358,54	5.664,97
	<b>15.050.368,95</b>	<b>14.389.096,69</b>
Total	<b>15.076.974,63</b>	<b>14.408.780,19</b>

As outras dívidas a pagar constantes do passivo não corrente ascendem a 8.275.010,41 euros e do passivo corrente a 6.801.964,22 euros.

## 12. Rédito:

12.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido com referência à sua prestação.



12.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2018	2017
Prestações de serviços:		
Serviços	604.964,88	624.910,48
Descontos e abatimentos	0,00	0,00
Total de prestações de serviços	<b>604.964,88</b>	<b>624.910,48</b>
Outros rendimentos:		
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	0,00
Outros	2.565,40	820,83
Total de outros rendimentos	<b>2.565,40</b>	<b>820,83</b>

**13. Fornecimentos e serviços externos:**

Os fornecimentos e serviços externos apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2018	2017
Trabalhos especializados	151.738,22	122.685,50
Honorários	98.200,00	91.920,00
Rendas e alugueres	51.410,28	22.082,58
Deslocações e estadas	8.745,54	8.274,84
Artigos para oferta	7.250,00	9.280,00
Material de escritório	6.145,57	3.949,40
Comunicação	5.321,32	6.713,44
Combustíveis	4.850,75	5.009,39
Despesas de representação	3.959,89	5.086,72
Diversos	14.840,06	8.602,03
Total	<b>352.461,63</b>	<b>283.603,90</b>

*DM* *A*  
*M*

#### 14. Gastos com o pessoal:

Os gastos com o pessoal apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2018	2017
Remunerações	145.217,44	119.204,87
Encargos sobre remunerações	26.905,35	23.345,95
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	2.887,49	2.097,63
Outros gastos com o pessoal	691,82	507,79
Total	<b>175.702,10</b>	<b>145.156,24</b>

Durante o exercício de 2018, o número médio de pessoas ao serviço da Associação foi de 6 funcionários.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

#### 15. Outros gastos e juros e gastos similares suportados:

A rubrica de outros gastos e perdas apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2018	2017
Outros gastos:		
Impostos	61.269,93	40.333,15
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,09
Diversos	149,62	576,00
Total de outros gastos:	<b>61.419,55</b>	<b>40.909,24</b>
Gastos e perdas de financiamento:		
Juros suportados	333,94	629,40
Total de gastos e perdas de financiamento	<b>333,94</b>	<b>629,40</b>

Handwritten notes in blue ink: "JPM # M"

**16. Acontecimentos após a data do balanço:**

**16.1 – Autorização para emissão:**

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

As associadas detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

16.2 – Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

**17. Menções exigidas por diplomas legais**

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas debitou-nos durante o exercício de 2018 o valor de 5.904 euros (IVA incluído) referente a Revisão de Contas e 1.230 euros (IVA incluído) referente a Parecer sobre Relatório de Transparência do exercício de 2017, não nos tendo sido debitados quaisquer outros valores.

Em 31 de dezembro de 2018 não existem dívidas à autoridade tributária nem à segurança social em situação de mora.

**Direção**

Handwritten signatures in blue ink under the heading "Direção".

**Contabilista Certificado**

Handwritten signature in blue ink under the heading "Contabilista Certificado".



# Certificação Legal das Contas

# Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Contribuinte nº. 505 348 900

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 15.709.261 euros e um total de capital próprio de 506.087 euros, com um resultado líquido de 826 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

# Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Contribuinte nº. 505 348 900

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou,

# Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Contribuinte n.º. 505 348 900

caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Prior Velho, 14 de Maio de 2019



Manuel Neta Pinheiro, em representação de  
Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC

# Relatório e Parecer do Conselho Fiscal





## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Em cumprimento da lei e dos estatutos, apresentamos Relatório da nossa Actividade e Parecer sobre o Relatório e Contas apresentados pela Direcção da GEDIPE-Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Acompanhámos, desde a nossa nomeação, a actividade da Associação, e obtivemos os esclarecimentos e informações indispensáveis ao desempenho das nossas funções.

No final do exercício, analisámos os documentos apresentados pela Direcção, designadamente o Relatório, o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas emitiu a adequada Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos e que deve considerar-se parte integrante deste Relatório.

Em resultado dos exames efectuados, é nossa convicção que o Relatório da Direcção é suficientemente esclarecedor da situação e actividade da Associação e que as Demonstrações Financeiras satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Baseados nas informações e explicações recebidas da Direcção e dos Serviços e tendo em consideração a análise e verificações efectuadas, somos de parecer que:

**Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais**

Av. Infante Dom Henrique n.º 306, lote 6, 1.º piso, 1950-421 Lisboa | NIPC: 504.229.290  
T: (+351) 218 400 187 | e-mail: [info@gedipe.org](mailto:info@gedipe.org) | [www.gedipe.org](http://www.gedipe.org)



- a) Que sejam aprovados o Relatório e as Contas apresentadas pela Direcção;
- b) Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Direcção.

Por último, pretendemos expressar à Direcção e aos Serviços da Associação, o nosso reconhecimento pela disponibilidade e colaboração manifestadas.

Lisboa, 14 de Maio de 2019

O Conselho Fiscal

Presidente - Films4You – Cinema, Lda,  
representada por João Paulo Abreu

Vice-Presidente - TVI – Televisão independente, SA  
representada por António Henriques Gaspar

Vogal - Moisés Cardoso e Manuel Pinheiro, SROC  
representada por Manuel Neta Pinheiro

**Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais**

# Relatório de Auditoria





## **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidenciam um total de ativos de 15.709.261 euros e um capital próprio de 506.087 euros, incluindo um resultado líquido de 826 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 14 de maio de 2019

**Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181**  
**representada por:**

**Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085**